

AS VIAGENS PEDAGÓGICAS. SÃO PAULO DIFUNDINDO A PEDAGOGIA MODERNA E A ESCOLA NOVA NO BRASIL

*Jorge Carvalho do Nascimento**

Resumo: A educação brasileira foi marcada no período de 1910 a 1950 pela forte presença das reformas do ensino comandadas por intelectuais comprometidos com a Pedagogia Moderna e com a Escola Nova. Este trabalho tem como objetivo discutir as viagens de estudos feitas por pedagogos sergipanos a São Paulo, buscando apreender a pedagogia moderna e a teoria e práticas da Escola Nova ao longo das quatro primeiras décadas do século XX. Além disso, pretende verificar também o empréstimo de técnicos por parte do Governo do Estado de São Paulo ao Estado de Sergipe. Inspirado nas discussões atuais acerca da historiografia da educação brasileira, este estudo levou em consideração o discurso veiculado por meio dos relatórios e dos trabalhos publicados pelos pedagogos sergipanos que fizeram viagens de estudo a São Paulo.

Palavras-chave: educação brasileira; viagens pedagógicas; reformas do ensino.

A educação brasileira foi marcada, durante a primeira metade do século XX, por muitas reformas do ensino. Os debates a respeito da Pedagogia Moderna iniciaram-se ainda nos anos finais do século XIX e ganharam materialidade na condição de projeto republicano a partir das reformas do ensino implementadas em São Paulo por intelectuais como Caetano de Campos, no momento em que as elites paulistas investiam na organização de um sistema de ensino que, por representar o progresso republicano, pudesse legitimar a pujança do Estado diante da federação. Bem sucedido, o projeto encantou os demais Estados brasileiros, pela sua Escola Modelo, pelas práticas da sua Escola Normal, pela organização dos dispositivos de inspeção escolar, pela uniformização do sistema de ensino, pela adoção do método intuitivo, pela importação de material escolar e pela sua pedra de toque: o grupo escolar. Este condensava a modernidade pedagógica por oferecer ensino seriado, homogeneizar as classes, reuni-las num mesmo edifício e pela grandiosidade das

* Doutor em Educação pela PUC/SP. Professor-Adjunto do Departamento de História e do Mestrado em Educação da Universidade Federal de Sergipe.

suas edificações. Foi nesse tipo de instituição escolar que Sampaio Dória mostrou ao Brasil ser possível desenvolver as práticas do método intuitivo e a sua articulação com o modelo pedagógico de Spencer, de caráter enciclopédico.

O êxito do modelo de São Paulo pode ser verificado pelo fato de terem se multiplicado as viagens de estudos dos intelectuais de diferentes Estados, que buscavam apreender as reformas implementadas pelos paulistas. Outro indicador desse sucesso foi o freqüente empréstimo de técnicos por parte do governo de São Paulo aos vários estados brasileiros. Nem mesmo a crise vivida pelo modelo de São Paulo na década de 1920, pode ser apontada como um declínio desse interesse dos intelectuais da educação brasileira pelas decisões de política educacional tomadas no planalto paulista. A reforma Sampaio Dória, na primeira metade da década de 1920, agitou as discussões sobre educação no seu Estado e no Brasil, ao tempo em que o país inteiro estava sensibilizado pela ação civilizatória representada pelo movimento das ligas nacionalistas.

Os governos estaduais entusiasmaram-se com as reformas que se irradiaram a partir de São Paulo pela visibilidade que ganhavam junto à opinião pública, em função do seu caráter moderno, que se exprimia através de um discurso de racionalidade técnica dos profissionais de educação, da legitimação que se poderia obter ao articular-se com a Associação Brasileira de Educação e pelo caráter espetaculoso dos modelos arquitetônicos de grupos escolares que passaram a adotar, inspirando-se na arquitetura escolar adotada em São Paulo. Um dos primeiros dentre os governantes estaduais a compreender essa repercussão, fora o líder político cearense Justiniano Serpa que conseguiu, em 1922, o apoio do governo de São Paulo, levando para o Ceará, como diretor da instrução pública, o professor Lourenço Filho.

Já na década de 1930, São Paulo voltou a impressionar os demais estados, com a reforma do ensino que implementou a partir de 17 de dezembro de 1930, sob a liderança do professor Lourenço Filho.

À medida que as reformas se irradiavam por todo o Brasil (São Paulo, Ceará, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia), ao longo das décadas de 1920 e 1930, também se consolidava o ideário da Escola Nova, seja pela presença de um novo perfil de pedagogos, os “educadores profissionais”, seja pela expansão de caráter quantitativo e qualitativo da nova literatura educacional. A consolidação escolanovista contou com a forte influência que exerceram as conferências nacionais organizadas pela Associação Brasileira de Educação – ABE e com a visibilidade que ganharam as reformas realizadas no Distrito Federal por Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira. A superação dos padrões cívico-nacionalistas propostos pelas ligas possibilitou aos intelectuais da Escola Nova, a partir da década de 1930, a legitimação do discurso de defesa de uma escola pública única, laica, gratuita e obrigatória, na qual fosse possível colocar em prática o ideal de co-educação dos sexos. Uma instituição em que a autoridade pedagógica não fosse imposta, mas sim acatada através do consentimento.

Em Sergipe, o menor dos estados brasileiros, o discurso da modernização pedagógica ganhou contornos mais nítidos na voz do médico Helvécio de Andrade,¹ três vezes diretor da instrução pública: a primeira, no período de 1913 a 1918; a segunda, de 1926 a 1927; e, a terceira, de 1930 a 1935. Delegado fiscal do governo federal junto ao Atheneu Sergipense, foi professor e diretor da Escola Normal, onde trabalhou como lente das cadeiras de História Natural, Pedagogia, Pedologia, Higiene Escolar e Ciências Físicas e Naturais. Foi militante ativo do Centro Socialista Sergipano, da Hora Literária (que depois se transformaria na Academia Sergipana de Letras, da qual Helvécio foi membro fundador e ocupante da cadeira de número quinze), do Centro Literário Educativo, da Sociedade Médica de Sergipe e do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Dirigiu, em Sergipe, a Associação Brasileira de Educação. Entusiasta do projeto de reformas do Estado de São Paulo, criou a biblioteca da Escola Normal e organizou as “conferências cívicas e pedagógicas”. O seu entusiasmo com o modelo das reformas de São Paulo teve início quando ele trabalhou em Santos, como Inspetor Geral da Educação, na última década do século XIX, antes de transferir-se para Sergipe, e pode ser medido por intervenções como a que fez em 1927, durante a Conferência Nacional de Educação realizada em Curitiba: “São Paulo [foi] o primeiro dessa santa cruzada, recebendo dos Estados Unidos as primícias de um método capaz de desenvolver a inteligência e promover a sua divulgação no Brasil” (Costa, Shena, Schmidt, 1997, p. 198). As idéias que aprendera em São Paulo, Helvécio de Andrade buscou implementar como diretor da instrução pública, em Sergipe: “adotamos métodos mais suaves, humanos e naturais, de acordo com os preceitos da Pedagogia moderna” (Andrade, 1914, p. 9).

Além de Helvécio de Andrade, outros intelectuais da educação em Sergipe também se engajaram na discussão em torno da Pedagogia moderna, apoiando, mais tarde, o movimento da Escola Nova. O professor Adolfo Ávila Lima, inspetor geral do ensino, um dos fundadores, em 1916, da Liga Sergipense Contra o Analfabetismo, teve papel destacado nesse movimento, ao lado de outros professores, como José Augusto de Rocha Lima, Franco Freire e Penélope Magalhães. Os três últimos fizeram viagens de estudos a São Paulo e ao Rio de Janeiro.

As viagens de estudo e a “importação” de técnicos constituíram estratégia importante para a política de reforma do ensino em Sergipe. Em 1909, o presidente de Sergipe, Rodrigues Dória, trouxe de São Paulo o professor Carlos Silveira, para reorganizar a instrução pública. Este propôs um plano que previa a construção de grupos escolares, a organização do serviço de inspeção escolar, a adoção dos novos métodos de ensino e a remodelação dos ensinos normal e secundário. Carlos Silveira permaneceu cerca de um ano em Sergipe, retornando em seguida a São Paulo,

¹ Para a discussão que faço neste texto a respeito de Helvécio de Andrade, recebi a colaboração da professora Josefa Eliana Souza, do curso de Pedagogia da Universidade Tiradentes, que vem desenvolvendo o projeto de pesquisa “Em busca da construção do ‘homem novo’: Helvécio de Andrade e a educação em Sergipe”. A ela, os meus agradecimentos.

onde passou a atuar como professor do Instituto Pedagógico. O seu projeto teve conseqüência e, cinco anos depois, no período em que Helvécio de Andrade estava dirigindo a instrução pública, este relatou ao presidente do Estado a necessidade de importar o material escolar necessário ao bom funcionamento dos grupos escolares: “globos, mapas, sólidos geométricos, sistema de pesos e medidas, séries de seres orgânicos e inorgânicos, material para as lições de coisas etc...” (Andrade, 1914, p. 18). A política de construção de grupos escolares intensificou-se mais na década de 1920, quando a presidência do Estado foi exercida por Maurício Graccho Cardoso.

Das viagens de estudos, a que ganhou maior repercussão em Sergipe foi a do professor José Augusto da Rocha Lima,² técnico em educação da Diretoria de Instrução Pública e catedrático da Escola Normal, onde lecionava História Geral, Pedologia, Psicologia, Pedagogia e Língua Portuguesa. Rocha Lima foi padre e professor do Seminário de Aracaju, onde lecionou Francês, Latim, Português, História, Geografia, Exegese Bíblica e Teologia Dogmática. Fundou a Academia Santo Tomás de Aquino, que reunia intelectuais católicos e foi membro da Academia Sergipana de Letras. Diplomou-se em direito e abandonou a vida sacerdotal. No Atheneu Sergipense, Rocha Lima foi diretor e professor de Latim e Literatura, além de ter sido o primeiro presidente da Academia Sergipana de Letras e de haver presidido o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

A viagem de Rocha Lima fora decidida por iniciativa do então diretor da Instrução Pública, Helvécio de Andrade. Ele publicou o Relatório que fez após o seu regresso da viagem realizada durante o ano de 1931, com o objetivo de “estudar os novos métodos e processos pedagógicos, ali em prática, a fim de serem adotados na Instrução Pública de Sergipe” (Lima, 1931). A viagem foi motivada pela boa repercussão que teve em Sergipe a reforma do ensino de São Paulo, implementada em dezembro de 1930 sob a inspiração de Lourenço Filho, então diretor de ensino. O trabalho do professor Rocha Lima em São Paulo incluiu visitas ao Jardim de Infância anexo à Escola Normal, dirigido pela professora Hortência Pereira Barreto e auxiliada pela professora Heloisa Grassi Fagundes. No Jardim, entusiasmou-se com a adoção das práticas dos métodos de Fröebel, Montessori e Decroly. Dos grupos escolares, ficou impressionado com o Grupo Escolar do Arouche e o Grupo Escolar Pedro II. À época, a Escola Normal já havia sido transformada em Instituto de Educação e este era dirigido pelo professor Firmino Proença. No Instituto, o professor Rocha Lima permaneceu boa parte do tempo em que ficou em São Paulo. Outra instituição visitada pelo professor Rocha Lima foi a Escola Profissional e Industrial de São Paulo, antiga Escola Profissional Masculina. O estágio em São Paulo, com Lourenço Filho, serviu à atualização bibliográfi-

² Para os comentários que faço neste texto acerca do professor José Augusto da Rocha Lima, recebi a contribuição da professora Neide Sobral, do Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe, que vem desenvolvendo um interessante estudo a respeito da viagem desse professor a São Paulo, em 1931. A ela, os meus agradecimentos.

ca do professor José Augusto da Rocha Lima. Conheceu a obra de autores como Mallart “La educación activa”, *Ferrière* “La pratique de l’école active”, Decroly “L’initiation a l’activité”, *Dewey* “Vida e educação”, *Balesteros* “El método Decroly”, *Claparède* “A escola e a psicologia”, *Piéron* “Psicologia experimental”, *Kerschensteiner* “Problemas da educação pública”, *Corinto da Fonseca* “A Escola Ativa e os trabalhos manuais” e *José Ferraz de Campos* “O cálculo dos principiantes”, além da obra do próprio *Lourenço Filho* “Introdução ao estudo da Escola Nova”.

Após o seu retorno, Rocha Lima foi designado para organizar conferências e reuniões com professores primários, para difundir os novos métodos pedagógicos. No seu relatório, sugeriu algumas providências que considerava importantes para mudar o quadro do ensino em Sergipe. Propôs que a Diretoria Geral de Ensino reorganizasse o serviço de estatística; a separação do cargo de diretor da Instrução Pública das funções de diretor da Escola Normal; a criação de uma biblioteca pedagógica anexa à Diretoria de Instrução Pública; a criação do Conselho de Educação de Sergipe e a publicação de uma revista. Sugeriu a criação de um jardim de infância experimental em Aracaju; a adoção dos testes ABC, de Lourenço Filho; a transformação da Escola Normal em Instituto Pedagógico; a instalação de um laboratório de pesquisas pedagógicas e a reorganização do Instituto Profissional Coelho e Campos.

Embora sem a repercussão que teve à época a viagem do professor Rocha Lima, uma outra viagem de estudos importante para a reforma do ensino em Sergipe foi a realizada na mesma época pela professora Penélope Magalhães. Presbiteriana, Penélope, ainda criança, freqüentara a Escola Americana de Laranjeiras,³ de onde saiu em 1898 para estudar na Califórnia, como bolsista da sua igreja. Estudou nos Estados Unidos da América durante doze anos, concluindo os cursos pedagógico e de teologia. Regressou ao Brasil em 1910, para trabalhar como professora do Instituto Ponte Nova, no município baiano de Wagner, localizado na Chapada Diamantina. Ainda na década de 1910 regressou a Sergipe, onde se transformou em catedrática de Inglês na Escola Normal de Aracaju. A professora Penélope foi designada pelo interventor

Augusto Maynard Gomes para ir a São Paulo e ao Rio de Janeiro verificar a legislação e currículos que se adequariam ao projeto do Jardim [de Infância Augusto Maynard], de acordo com os padrões técnicos do Ministério da Educação, sendo ela a fundadora e primeira diretora do Jardim. (Vilas-Bôas, 2000, p. 121)

³ Importante centro de produção e exportação açucareira, Laranjeiras fora um importante pólo da economia de Sergipe durante o século XIX, sediando a primeira igreja e a primeira escola evangélica sergipanas.

Segundo Vilas-Bôas,

no início dos anos 30, em Sergipe, o Jardim de Infância Augusto Maynard Gomes foi o primeiro estabelecimento educacional a ser construído em Aracaju seguindo o modelo de educação infantil mais moderno da época e implantando o método de alfabetização mais atual que existia. (Vilas-Bôas, 2000, p. 121)

A obra do Jardim incorporou as prescrições arquitetônicas da Escola Nova que circulavam em São Paulo. O edifício foi construído, dispondo as salas em módulos nos quais eram realizadas as atividades de recreação, teatro, dança, desenho e música. Para as festas, foi construído um auditório em forma de concha acústica. Todos os blocos do prédio eram cercados de áreas de terra nas quais as crianças cultivavam as próprias plantas. No jardim, funcionavam gabinetes médico e dentário, além de uma enfermaria.

Manuel Franco Freire era ainda um jovem professor em 1927, quando assumiu o cargo de diretor da instrução pública. Entusiasmado com as novas idéias pedagógicas que vinham se irradiando a partir de São Paulo, procurou promover uma reforma na Escola Normal, equipando-a com laboratórios de Física, Química e História Natural importados da Alemanha. Permaneceu no cargo até o final do ano de 1930, quando Getúlio Vargas nomeou interventores para todos os Estados. Na década de 1930, da mesma maneira que José Augusto da Rocha Lima e Penélope Magalhães, foi designado pelo governo para fazer uma viagem de estudos e observar os resultados da reforma do ensino no Estado de São Paulo e no Distrito Federal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O interesse que as reformas educacionais despertaram deixou muitos vestígios na educação do Estado de Sergipe. A partir da década de 1910, inaugurou-se o novo edifício da Escola Normal: “Amplio, bem localizado, obedecendo à planta do Major de Engenharia José Calazans e executado pelo Engenheiro Tenente Firmino Freire do Nascimento” (Nunes, 1984, p. 214). Instalado à praça Olímpio Campos, no centro da cidade, “era monumental, um dos mais importantes da Capital sergipana, tendo sido os móveis e o material didático importado dos Estados Unidos” (Nunes, 1984, p. 214). Foram construídos vários grupos escolares em Sergipe, quase todos em Aracaju: o Modelo, anexo à Escola Normal; o Central; o Barão de Maroim; o General Valadão; o Coelho e Campos⁴. Até o final da década de 1920 estavam funcionando no Estado quatorze grupos escolares: cinco na capital e nove nas principais cidades do interior. As carteiras dos grupos escolares foram im-

⁴ Instalado no município de Capela, foi o primeiro grupo escolar que funcionou no interior do Estado de Sergipe, em 1918.

portadas dos Estados Unidos. Além disso, no Atheneu, foram instalados os gabinetes de Química, Física, História Natural e Geografia, com equipamentos importados de países europeus. Em 1912 foi reorganizada a direção da instrução pública estadual, com a divisão do Estado em cinco distritos, para fins de inspeção do ensino primário.

As reformas implementadas no ensino em Sergipe por inspiração das idéias que se irradiaram a partir de São Paulo, não beneficiaram todo o Estado. Seus resultados foram sentidos apenas em Aracaju e em outros centros urbanos importantes do Estado como as cidades de Capela, Estância, Lagarto e São Cristóvão. Na zona rural e na maior parte dos municípios a situação continuou muito difícil.

As diferentes memórias da instituição e das práticas escolares ajudam a compor um quadro que dá conta de muitas mudanças na vida escolar entre as décadas de 1910 e 1950. São transformações da mentalidade política, econômica, social e dos padrões de cultura escolar. A consciência de tais mudanças corresponde ao estabelecimento de valores distintos, estabelecidos a partir de novos padrões de conduta, de novas convenções sociais. Há uma valorização da instrução pública no período. Começam a desaparecer as classes de aula comandadas por professoras que estabeleciam turmas em suas próprias casas, à medida que se disseminam as escolas públicas – inicialmente sob a forma de escolas rurais isoladas e depois sob o formato de grupos escolares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Helvécio de. *Relatório apresentado ao presidente do Estado pelo Dr. Helvécio de Andrade*. Aracaju, 1914.
- COSTA, Maria José Franco Ferreira da; SHENA, Denilson Roberto; SCHMIDT, Maria. Auxiliadora. I CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 1, 1997.
- FREITAS, Itamar. 2001. *Projeto Fontes Oraís para a História Contemporânea de Sergipe*. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2001. Relatório de Atividades.
- LIMA, José Augusto da Rocha. *Relatório*. Aracaju: Imprensa Oficial, 1931.
- NUNES, Maria Thétis. *História da Educação em Sergipe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- VILAS-BÓAS, Ester Fraga. *Origens da educação protestante em Sergipe*. São Cristóvão, 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe.

Abstract: *From 1910 to 1950 the Brazilian education was marked by the strong presence of teaching reformation commanded by intellectuals with The New School and with the Modern Pedagogy. This work discusses the studies trips made pedagogues from Sergipe to São Paulo searching for modern pedagogy apprehension and the theory and practices of the New School during the first four decades of the 20th century. Besides, this work intends to check also the technicians lending by São Paulo's government to Sergipe's government. Inspired on the nowadays discussions about the Brazilian Education historiography. This study considered the discourse in the reports and the works published by the pedagogues from Sergipe who made study trips to São Paulo.*

Keywords: *Brazilian Education, Pedagogical trips, Teaching Reformation*